

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI PR
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

1. Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI criado pelo Decreto Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942 é uma entidade de direito privado, organizada pelo empresariado industrial, por meio da Confederação Nacional da Indústria – CNI e pelas Federações de Indústrias nos Estados, tendo o seu Regimento aprovado pelo Decreto n.º 494, em 10 de janeiro de 1962.

Com a atuação em todo o território nacional tem por objetivo atender as demandas de educação profissional, e de serviços técnicos e tecnológicos dos segmentos industriais.

Desde que foi instalado no Paraná em 12 de março de 1943, o SENAI atende as necessidades na formação de jovens aprendizes, qualificação e habilitação profissional dos trabalhadores da indústria. Em busca do desenvolvimento pleno e sustentável, cumprindo sua missão, o SENAI-PR promove a educação para o trabalho e cidadania, desenvolve serviços técnicos e tecnológicos atendendo empresas em assessoria técnica e tecnológica, na produção e disseminação de informação, na adequação, geração e difusão de tecnologias.

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei n.º 2.613 de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

A Contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto n.º 4.524 de 17/12/2002 artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento e são isentas da COFINS.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades regidas pela Lei n.º 4320/64 e NBC T 16.6 (R1) aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, em consonância com a Lei 11.638/07.

A contabilização obedece ao Plano de Contas e a Padronização Contábil, aprovados pelo Conselho Nacional do SENAI através da Resolução n.º 391/2009 de 28 de julho de 2009.

2.2 Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Regime de registros contábeis

De acordo com o Plano de Contas e a Padronização Contábil aprovado pelo Conselho Nacional do SESI (Ato Resolutório n.º 12, de 28 de julho de 2009), as receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários.

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos, e as variações monetárias auferidas. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

c) Depósitos para recursos judiciais

Existem situações em que a entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d) Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias e adiantamento de recursos para viagens.

e) Valores a apropriar

Referem-se à compra antecipada de vale refeição e alimentação para crédito tempestivos aos colaboradores, e posterior apropriação das despesas e dos créditos correspondentes.

f) Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, licenças de softwares e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado mensalmente, observando o período de vigência do contrato em consonância com o regime de competência.

g) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros – Impairment

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (Impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

h) Gestão do patrimônio e depreciação

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional do Paraná no que tange à aplicação dos procedimentos para o registro contábil da reavaliação, depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, adota os princípios previstos nas NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC nº 1.136, de 2008, e NBC T 16.10, aprovada pela Resolução 1.137, de 2008 e alterada pela Resolução do CFC nº 1.437 de 2013, com base nas regras definidas na macro função SIAF nº 02.03.30 para o Setor Público, bem como atende as normas internas, atos

resolutórios e regulamentos definidos pelo CPC-SI Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Sistema da Indústria. Os procedimentos relativos ao Ativo Patrimonial encontram-se integrados com o Sistema Contábil através de ERP e sua conciliação é realizada mensalmente.

O Manual SIAFI na sua macrofunção 02.03.30, item 14, estabeleceu um cronograma de implantação da depreciação, amortização e exaustão nas entidades públicas, onde os bens adquiridos a partir de 2010 estão aptos a serem depreciados e devem iniciar sua depreciação no mesmo exercício, já os itens adquiridos nos exercícios anteriores a 2010 necessitam ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, devido ao fato destes estarem registrados pelo seu valor histórico o que não constitui uma base monetária confiável para se iniciar a depreciação.

Mesmo antes da obrigatoriedade da depreciação e amortização, em órgãos públicos, o SENAI/PR já realizava estes procedimentos em todos os itens de seu ativo, desta forma, não houve a necessidade de realização de ajuste inicial em seu ativo imobilizado e intangível.

A depreciação e amortização dos bens é realizada mensalmente e os valores correspondentes reconhecidos nas variações patrimoniais durante a vida útil econômica dos bens. Desde o ano de 2009 há uma constante prática de baixas de bens, evitando situações de obsolescência ou danos físicos, e as solicitações de baixa são obrigatoriamente submetidas à aprovação do Conselho Regional. Estes procedimentos contribuem para que o ativo imobilizado reflita a situação real do patrimônio, sendo o saldo contábil e patrimonial ajustados periodicamente.

Os bens imóveis são registrados de acordo com o contrato de compra e venda e/ou documento de registro de imóveis; as construções, ampliações, reformas e melhorias são reconhecidas de acordo com o custo e a depreciação iniciada após a conclusão e informação da área de engenharia de obra finalizada e entregue. As benfeitorias em imóveis de terceiros são contabilizadas em conta contábil específica e sua amortização é realizada de acordo com o período de vigência do contrato de locação ou comodato. Os bens recebidos em doação obtidos a título gratuito, são registrados pelo valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, ou valor patrimonial definido nos termos da doação; lei de doação específica; registro de imóveis ou documento devidamente assinado entre as partes pelos representantes legais. O ativo intangível é formado exclusivamente pelos softwares adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição ou produção, deduzidos da respectiva amortização acumulada, calculada de forma linear, com prazo de vida útil de 5 (cinco) anos, considerando a obsolescência tecnológica desses ativos.

A Resolução nº 210 de 06/08/2004 do Conselho Nacional do SENAI estabelece que os bens móveis e imóveis devem ser depreciados da seguinte maneira: (i) Imóveis - Edificações 2% ao ano, (ii) Mobiliários, Máquinas e Equipamentos 10% ao ano e (iii) Veículos e Equipamentos de Informática 20% ao ano.

i) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

j) Convênios e acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado.

k) Sistema Indústria Conta Movimento

Referem-se as operações e conta corrente entre os Departamentos Regionais, Departamento Nacional, e demais entidades do Sistema FIEP.

l) Demais passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

m) Ativo e passivo compensado

As rubricas de compensado com função precípua de controle, são utilizadas para consolidar atos e fatos ligados à execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial; bens cedidos ou recebidos em comodato e valores das coberturas de seguros.

3. Orçamento e sua execução

O orçamento inicial, no valor de R\$ 340.657.000 (Trezentos e quarenta milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil reais), foi aprovado pela Resolução nº. 169/2017 de 28 de setembro de 2017, do Conselho Regional do SENAI do Paraná;

Através da Resolução nº. 46/2018 de 04 de junho de 2018, do Conselho Regional do SENAI do Paraná, foi aprovada a proposta de retificação orçamentária para o valor de R\$ 344.400.000. (Trezentos e quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), registrando um acréscimo de 1,10% sobre o orçamento inicial;

A execução orçamentária apresentou o seguinte resultado:

DESCRIÇÃO	VALOR - em R\$
Receita Orçada	344.400.000,00
Receita Arrecadada	316.624.256,59
Arrecadada a Menor	27.775.743,41
Despesa Autorizada	344.400.000,00
Despesa Realizada	322.534.277,47
Realizada a Menor	21.865.722,53
Déficit Orçamentário	-5.910.020,88

A execução orçamentária comportou-se conforme segue:

Receitas

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$	% S/ TOTAL DA RECEITA
Receita de Contribuições	170.906.955,19	54,0%
Receitas Patrimoniais e Financeiras	2.602.798,12	0,8%
Receitas de Serviços	84.945.271,36	26,8%
Outras Receitas Correntes	4.612.303,82	1,5%
Convênios	1.748.918,59	0,6%
Apoios Financeiros	8.262.508,29	2,6%
Total da Receita Corrente	273.078.755,37	86,2%
Operações de Crédito	13.210.436,42	4,2%
Alienação de Bens	278.594,80	0,1%
Subvenções e Auxílios	5.656.470,00	1,8%
Outras Receitas de Capital - Saldo de Exercício Anterior	24.400.000,00	7,7%
Total da Receita de Capital	43.545.501,22	13,8%
Total Geral da Receita	316.624.256,59	100%

As receitas correntes no montante de R\$ 273.078.755,37 representaram 86,2% das receitas totais, enquanto que as receitas de capital no total de R\$ 43.454.501,22 representaram 13,8% do total das receitas. As receitas com apoios financeiros no montante de R\$ 8.262.508,29, tem como origem os valores recebidos do Senai Departamento Nacional para execução de projetos estratégicos. As subvenções e auxílios no valor de R\$ 5.656.470,00 refere-se a contrapartida de 51% do Departamento Nacional para a quitação das parcelas do financiamento bancário junto ao BNDES.

Despesas

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$	% S/ TOTAL DA DESPESA
Pessoal e Encargos Sociais	145.397.722,22	45,1%
Ocupação e Utilidades	7.890.253,54	2,4%
Materiais	12.694.191,87	3,9%
Transportes e Viagens	5.778.804,40	1,8%
Material de Distribuição Gratuita	337.593,28	0,1%
Serviços de Terceiros	74.997.647,59	23,3%
Despesas Financeiras	11.019.912,86	3,4%
Impostos Taxas e Contribuições	527.238,39	0,2%
Despesas Diversas	5.285.437,08	1,6%
Contribuições e Transferências Regulamentares	5.123.002,25	1,6%
Auxílio a Estudantes e Bolsistas	58.056,00	0,0%
Total da Despesa Corrente	269.109.859,48	83,4%
Investimentos	42.708.769,15	13,2%
Inversões Financeiras	10.865,26	0,0%
Amortização da Dívida	10.704.783,58	3,3%
Total da Despesa de Capital	53.424.417,99	16,6%
Total Geral da Despesa	322.534.277,47	100%

As despesas correntes no montante de R\$ 269.109.859,48 representaram 83,4% das despesas totais, enquanto que as despesas de capital no total de R\$ 53.454.417,99 representaram 16,6% do total das despesas.

A amortização da dívida no montante de R\$ 10.704.783,58 se refere ao pagamento das parcelas vincendas no exercício, correspondente ao financiamento junto ao Banco BNDES.

A despesa financeira no total de R\$ 11.019.912,86 contempla: os encargos financeiros sobre o financiamento junto ao Banco BNDES R\$ 9.507.256,47; e R\$ 1.512.656,39 relativo a despesas bancárias e descontos financeiros concedidos a clientes.

Os investimentos realizados no valor total de R\$ 42.708.769,15 correspondem a compra de bens móveis, investimentos em bens imóveis e intangíveis.

Gratuidade

Em atendimento ao artigo 10º § 2 do regimento do SENAI, o Departamento Regional do Paraná destinou para gratuidade em 2018 R\$ 129.176.830 o que corresponde à aproximadamente 81,7% da receita líquida de contribuição geral destinado a gratuidade.

RECEITAS	Realizado 2018
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	170.906.955,19
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC)¹	158.088.934,55
Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade²	105.382.083,10
DESPESAS	
<i>Total em Educação</i>	174.567.778,84
<i>em Gratuidade</i>	129.176.829,88
ALUNO-HORA³	
Aluno-hora realizado (Fase Escolar)	13.099.774,00
Aluno-hora realizado em Gratuidade (Fase Escolar)	5.076.413,00
Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade⁴	23.794.746,77
Percentual da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Gratuidade	81,7%

Fonte: Gerência de Planejamento, Orçamento e Controle - GPOC.

1.**Receita Líquida de Contribuição Compulsória:** Corresponde a 92,5% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 68, §1º do Regimento do SENAI, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.635, de 5 de novembro de 2008.

2.**Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade:** Corresponde à 66,66% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

3.**Aluno-hora:** Considera a soma do aluno-hora realizado na fase escolar pelas unidades operacionais.

4.**Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação ao compromisso de 66,66%.

Cálculos realizados de acordo com a metodologia de aplicação do compulsório em educação e em gratuidade no SENAI conforme divulgação do SENAI Nacional.

4. Variação Financeira

A movimentação de recursos financeiros ocorreu da seguinte forma:

DESCRIÇÃO		VALOR - em R\$
2017	Saldo de Caixa e Bancos - Exercício Anterior	1.190.798,16
	Aplicações Financeiras - Exercício Anterior	39.947.891,89
	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	41.138.690,05
2018	Saldo de Caixa e Bancos - Exercício Atual	424.859,47
	Aplicações Financeiras - Exercício Atual	17.515.523,63
	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	17.940.383,10

O Índice de Liquidez Corrente (AC/PC) que representa a disponibilidade financeira no exercício para liquidação das obrigações em curto prazo alcançou 1,08 no final de 2018. Portanto, para cada real de passivo circulante haverá R\$ 1,08 de disponibilidade.

5. Mutações Patrimoniais

O Resultado Patrimonial do Exercício no valor de R\$ 4.737.540,91 foi obtido conforme quadro abaixo:

PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
DESCRIÇÃO	VALOR em R\$	
PATRIMÔNIO SOCIAL ACUMULADO DO EXERCÍCIO DE 2017 (A)	201.215.910,77	
ACRÉSCIMO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2018		
RECEITAS (B)	316.624.256,59	
RECEITAS CORRENTES	273.078.755,37	
RECEITAS DE CAPITAL	43.545.501,22	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS (B)	80.266.499,20	
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	49.722.933,73	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.995.696,03	
VARIAÇÕES FINANCEIRAS	12.547.869,44	
TOTAL (B)	396.890.755,79	
DIMINUIÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2018		
DESPESAS (C)	322.534.277,47	
DESPESAS CORRENTES	269.109.859,48	
DESPESAS DE CAPITAL	53.424.417,99	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS E FINANCEIRAS (C)	69.618.937,41	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	54.820.486,30	
VARIAÇÕES FINANCEIRAS	14.798.451,11	
TOTAL (C)	392.153.214,88	
<i>SUPERAVIT PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2018 (D)</i>	<i>D=(B)-(C)</i>	4.737.540,91
PATRIMÔNIO SOCIAL FINAL EM 2018	= (A)+(D)	205.953.451,68

6. Balanço Patrimonial

O Patrimônio Social está assim distribuído:

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$
Imobilizado	302.526.371,03
Intangível	13.683.558,99
Realizável a Longo Prazo	5.526.637,35
(-) Exigível a Longo Prazo	-121.912.495,69
Saldo Financeiro Livre	6.129.380,00
PATRIMÔNIO SOCIAL	205.953.451,68

O Saldo Financeiro Livre no valor de R\$ 6.129.380,00 foi obtido conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR - em R\$
(a) Ativo Circulante	80.520.063,03
(b) Passivo Circulante	74.390.683,03
Saldo Financeiro Livre = (a)-(b)	6.129.380,00

Os adiantamentos para despesas de viagens seguiram os preceitos contidos na Norma de Gestão nº 007/2008;

O Balanço Patrimonial, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário, assim como a execução da Receita e Despesa encontram-se transcritos no livro Diário nº. 56.

As Autorizações para liberação de pagamentos ocorreram conforme Política de Alçadas que dispõe sobre limites de alçadas para autorização de despesas.

7. Créditos a Receber

É composto por valores a receber oriundos de Contribuição Compulsória Indireta (Receitas a Receber), saldo de clientes, operações junto a Departamentos Regionais e Nacional do Sistema Indústria, adiantamento a empregados, convênios e projetos estratégicos.

Para o exercício de 2018, observado ao disposto no CPC/SI – Receitas de Clientes e CPC/SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes, bem como o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetivou-se a baixa dos títulos vencidos a mais de 540 dias, totalizando o montante de R\$ 2.341.954,00.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é composta pelos títulos vencidos entre 181 a 539 dias considerando a data base 30/11/2018. O saldo de clientes é composto por:

Clientes a Receber	2017	2018
Clientes a Receber a Curto Prazo	22.774.250,37	30.131.302,99
Clientes a Receber a Longo Prazo	976.939,27	852.712,69
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-3.200.507,05	-3.499.890,32
Total	20.550.682,59	27.484.125,36

Demais Créditos a Receber	2017	2018
Adiantamento a Empregados	1.380.075,05	3.322.629,51
Outros Adiantamentos	29.018,83	79.656,96
Receita Compulsória Arrecadação Indireta	11.495.866,52	11.264.442,93
Departamento Nacional	1.880.355,22	14.431.457,99
Convênios e Acordos	100.854,70	60.882,43
Contas Correntes Ativas	15.282,93	82.332,31
Depósitos em Garantia e Depósitos a Recuperar	10.339,71	10.339,71
Outras Receitas a Receber - Projetos Departamento Nacional	8.503.023,20	4.900.140,91
Total	23.414.816,16	34.151.882,75

Total de Créditos a Receber - Curto Prazo	42.988.559,48	60.783.295,42
--	----------------------	----------------------

8. Despesas Antecipadas

Representam valores a serem apropriadas ao resultado durante a sua vigência contratual, sendo composta conforme quadro abaixo:

Descrição	2017	2018
Seguros de Veículos	-	5.553,65
Seguros de Imóveis	-	122.189,38
Licenças de Software a Apropriar	112.959,42	37.740,37
Antecipação de Fornecedores	13.260,92	36.344,44
Total	126.220,34	201.827,84

9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção e a composição esta constituída conforme quadro abaixo

DESCRIÇÃO	2017	2018
BENS IMÓVEIS	165.561.354,87	173.443.941,26
TERRENOS	31.398.915,36	31.398.915,36
PRÉDIOS	115.589.503,70	116.013.288,58
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	18.572.935,81	26.031.737,32
BENS MÓVEIS	169.516.493,16	180.747.041,67
MOBILIÁRIO EM GERAL	13.452.165,48	13.079.513,44
VEÍCULOS	17.238.256,67	22.616.286,49
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	109.072.249,64	113.918.642,90
EQUIP. MÉDICOS, ODONT. E LABORATORIAIS	1.939.255,83	1.959.999,16
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	23.808.370,92	25.164.857,35
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	3.613.227,01	3.621.446,02
OUTROS BENS MÓVEIS	392.967,61	386.296,31
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	40.203.834,58	71.361.300,43
BENS INTANGÍVEIS	18.079.314,28	13.683.558,99
TOTAL	393.360.996,89	439.235.842,35

Os bens intangíveis referem-se a Direitos Autorais, implantação de Software de Controle Integral de Gestão – CIG, Gestão de Relacionamento com o Cliente – Microsoft AX CRM, BPM, SGE, ERP Dynamics AX, Sistema de Backup de Dados, Sistema de Folha de Pagamento, Sistema de Gestão Tributária, Projeto de Comunicações Integradas, ECM, Software de Análise de Negócio e Projeto Broker, Aprovações Integradas, SGT (Gestão Tecnológica), Sistema de Planejamento de Produção, Deep Freeze.

10. Provisões

O grupo de Provisões está composto pelas principais contas demonstradas no quadro abaixo:

Provisões	2017	2018
Férias	11.045.218,78	11.934.424,07
Contingências Trabalhistas	905.700,00	-
Outras Provisões	254.395,82	274.466,39
Total	12.205.314,60	12.208.890,46

O saldo para Contingências Trabalhistas foi transferido contabilmente para o grupo Não Circulante do Exigível a Longo Prazo no valor total de R\$ 769.762,50, considerando a natureza do passivo.

11. Convênio Arrecadação Direta

Repasse de 15% ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Nacional, oriundo dos recursos recebidos pelas Contribuições Diretas.

12. Convênios e Acordos

Recebimentos de recursos para a execução de projetos, convênios e acordos vinculados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Nacional, Prefeituras e demais Entidades.

13. Não Circulante Exigível a Longo Prazo

É composto por provisões referente a contingências tributárias no montante de R\$ 3.370.848,41 e contingências trabalhistas no valor de R\$ R\$ 769.762,50, totalizando, portanto, R\$ 4.140.610,91.

Os valores referentes às contingências trabalhistas foram informados pela Procuradoria Jurídica e demonstra as ações classificadas como perda provável.

14. Empréstimos e Financiamentos

A Resolução n.º 515/2011 de 29 de novembro de 2011, aprovou a celebração com o BNDES de contrato de financiamento para a implantação do Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira. O Programa visa aumentar o papel do SENAI como agente do avanço da competitividade da indústria brasileira, reforçando a sua atuação estratégica em apoio aos programas e políticas estruturantes de interesse da indústria.

O Programa SENAI de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira conta com o apoio do BNDES na forma de financiamento dos investimentos necessários à ampliação da capacidade instalada.

As condições do empréstimo abordadas na resolução estabelece: início do empréstimo em janeiro de 2012; celebração de “contrato-mãe” com o BNDES contemplando o valor total do financiamento de R\$ 1,5 bilhões, com um prazo de 3 anos para celebração de subcontratos. A gestão do “contrato-mãe” foi realizada pelo Departamento Nacional. Os desembolsos do empréstimo realizados em subcontratos semestrais, detalhados com a concordância dos Departamentos Regionais. A taxa de juros nominal de TJLP + 1,4% ao ano. Carência de 3 anos para pagamento do principal e a sua amortização em 12 anos, contados do recebimento de cada parcela do empréstimo, previstas nos subcontratos. Os juros incidentes pagos a partir do recebimento de cada parcela do empréstimo.

O montante total de investimentos está estimado em R\$ 1,9 bilhões, dos quais 1,5 bilhões serão financiados pelo BNDES. O pagamento do empréstimo, juros e amortização, será realizado pelo Departamento Nacional a cota de (51%) e pelo Departamento Regional do Paraná a cota de (49%).

Para o encerramento do exercício de 2018, os saldos dos empréstimos foram devidamente atualizados ao seu valor justo conforme Resolução nº 1142/2008 do CFC.

Diante dos registros contábeis realizados, o saldo contábil de Empréstimo a Pagar do Passivo Circulante em 31/12/2018 é de R\$ 12.866.730,59 e no Passivo Exigível a Longo Prazo de R\$ 117.771.884,78, totalizando R\$ 130.638.615,37.

15. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade da entidade.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2018.



Rogério Fagundes de Almeida
Contador
CRC PR-050003/O-6



José Antonio Fares
Diretor Regional
SENAI-PR